ACTAS DO
CONGRESSO HISTÓRICO

150 ANOS
DO NASCIMENTO DE



ALBERTO SAMPAIO

1995

Alberto Sampaio - Uma vida, uma obra 19
Eng. Emília Nóvoa

Alberto Sampaio - Um português no Minho 29
Eng. Faria Frasco

Raízes Vimaranenses de Alberto Sampaio 39
Genealogista D. Maria Adelaide Moraes

A romanização no concelho de Vila do Conde. Alguns apontamentos sobre a ocupação do território localizado entre os rios Ave e Este 51
Dr. Carlos Alberto Brochado de Almeida

A ocupação romana da região de Braga: Balanço e perspectivas de investigação 73
Prof. Doutora Manuela Martins

O povoamento romano e medieval do Nordeste Transmontano. Aspectos de continuidade e mudança: perspectivas de investigação 115
Dr. Francisco Sande Lemos

Sobre a toponímia das Villae romanas en Galicia II: Topónimos de possessores 153
Prof. Doutor Fermin Perez Losada

Um património laico do séc. XI: Os bens fundiários de Pedro Lovesendes e de D. Aragunte Mides 189
Dr. Luís Carlos Amaral

Aspectos do povoamento do Norte de Portugal nos séculos XIII/XV 209
Prof. Doutor José Marques

A Pederneira, uma póvoa piscatória no Litoral Estremenho, durante a Idade Média 235
Prof. Doutor Pedro Gomes Barbosa

As Quintãs de Gominhães e a coexistência Medieval de um topónimo 247
Dra. Conceição Falcão

UNIVERSIDADE DO MINHO SD

Alvorninha, uma vila do termo de Óbidos e do Senhorio de Alcobaça, durante a Idade Média 267
Dr. José Manuel Varandas

O Livro da Montaria 279
Prof. Doutora Manuela Mendonça

Alguns aspectos das cidades medievais. Os corpos militares e a demografia 293
Prof. Doutor Baquero Moreno

Perspectivas sobre Alberto Sampaio .....
Prof. Doutor Luís António de Oliveira Ramos 301

Alberto Sampaio - teoria e prática de um historiador 309
Prof. Doutor João Marques

O ideário político de Alberto Sampaio 325
Dr. António Rafael Amaro

A indústria de cutelaria na região de Guimarães: um caso de proto-industrialização? 339
Dr. José Lopes Cordeiro

Alberto Sampaio e a Histórica Económica 365
Prof. Doutor José M. Amado Mendes

O regime de prazos e a política de António Enes 381
Prof. Doutora Benedita Araújo

Homens e mercadorias do norte de Portugal no Brasil 403
Prof. Doutor Eugénio dos Santos

Alberto Sampaio no pensamento histórico português 413
Prof. Doutor Borges de Macedo

POVOAMENTO ROMANO E MEDIEVAL DO NORDESTE TRANSMONTANO. ASPECTOS DE CONTINUIDADE E MUDANÇA: PERSPECTIVAS DE INVESTIGAÇÃO

Francisco de Sande Lemos *

1. INTRODUÇÃO

Alberto Sampaio, nascido em Guimarães (1841), bacharel em Direito, tendo cursado Coimbra durante os anos 60-70, regressou novamente ao Minho, onde se radicou como agricultor, tornando-se assim um profundo conhecedor da paisagem rural do Norte. Beneficiando de múltiplos conhecimentos e saberes elaborou um ensaio interpretativo da génese de um sistema agrário considerado como um dos mais homogéneos e antigos da Península Ibérica (BOUHIER 1971; CRIADO BOADO 1989). Utilizando fontes documentais e os resultados dos trabalhos de Martins Sarmento, recorrendo a numerosa bibliografia portuguesa e estrangeira, alicerçado no seu excelente conhecimento da terra e dos ritmos agrícolas, Alberto Sampaio produziu uma síntese, que não teve o merecido desenvolvimento [1]. Os dados que utilizou têm suscitado justificadas críticas e posteriores revisões à luz dos novos conhecimentos adquiridos pelas diversas disclipinas a que recorreu. A intenção profunda do seu ensaio, o interesse pelo estudo das tendências de longa amplitude cronológica, da interacção entre *habitats* e espaço, mantêm-se como temas actuais. As páginas que se seguem, embora não incidam directamente sobre a matéria ou a área geográfica dos seus estudos, constituem uma homenagem à sua memória, neste colóquio que lhe é dedicado.

* Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

(1) Sobre a vida e a obra de Alberto Sampaio, no seu conjunto, podem-se consultar numerosos textos, designadamente: MAGALHÃES 1923 (prefácio à primeira edição dos Estudos de História Económica-Social); LIMA 1924; CARDOZO 1941; MONTEIRO 1941; SILBERT 1972; TRINDADE 1979 (prefácio à 2 ed. da obra de Alberto Sampaio); NÓVOA 1988; M. MARTINS 1991; LEMOS 1991. Aspectos relacionados com os conceitos de arqueologia utilizados por Alberto Sampaio foram tratados por J. ALARCÃO 1980, e respeitantes à história das paróquias por J. MATTOSO 1985.

Neste texto a orientação dominante fundamenta-se numa abordagem diacrónica dos fenómenos de povoamento, registados numa escala de tempo longo. Os fenómenos de longa duração constituem uma dos campos mais favoráveis ao confronto da Arqueologia com a História. No entanto, a nossa perspectiva será predominantemente arqueológica.

Grande parte dos dados utilizados foram obtidos em trabalhos de campo por nós efectuados, nestes últimos dez anos, no Nordeste transmontano, ou por outras equipas de arqueologia, que nos permitiram aceder aos dados que recolheram [2]. O conjunto dessa massa informativa encontra-se inédito, estando prevista a sua divulgação sob a forma de Catálogo.

A monumental obra do Abade de Baçal (1911-1947) constitui uma outra fonte permanente de dados.

2. QUADRO GEOGRÁFICO

O Nordeste Transmontano faz parte dum vasto espaço habitualmente designado Noroeste Peninsular, delimitado pelos rios Navia, Elba e Douro. Nesta unidade ocupa, contudo, uma posição periférica -o canto sudeste- com influência simultânea de factores atlânticos, continentais e mediterrânicos. Os bosques de carvalhos (*Quercus Pyrenaica* Willd) e de castanheiros, que revestem as faldas setentrionais da serra da Nogueira, contrastam com a aridez do garrigue que cobre os relevos xistosos e quartzíticos do vale do Douro, em Freixo e Alva, ou com o maquis cerrado da serra da Navalheira (sudoeste do concelho de Mogadouro). Na serra da Coroa (Vinhais) a precipitação média anual eleva-se a 1000 mm, atingindo mesmo 1400 mm na serra de Montesinho, a norte de Bragança [3]. Na estação ugométrica de Numão (Vale do Douro), não ultrapassa a média anual de 360 mm (DAVEAU 1972). Enquanto que as frentes polares frias de noroeste, carregadas de humidade, ainda atingem as serras da Coroa, da Nogueira e de Montesinho, as frentes oceânicas de ar húmido, provenientes de oeste e sudoeste, não alcançam a zona mais interior, retidas pela barreira montanhosa das serras da Estrela, Montemuro, Marão e Alvão (DAVEAU 1972).

(2) Agradecemos aos elementos do PARM (Projecto Arqueológico de Torre de Moncorvo) que nos têm proporcionado, sem reservas, informações de grande interesse. Graças ao labor desta equipa os conhecimentos sobre a arqueologia do canto sudeste da Terra Quente Transmontano, deram passos de gigante.
(3) Dados retirados da Carta Nacional do Ambiente.

Com um quadro climático variado articula-se uma estrutura geológica e geomorfológica assaz complexa, marcada por uma sucessão de episódios tectónicos que engendraram uma orografia irregular, em que alternam montanhas, planaltos, depressões abertas e vales profundos ou encaixados (A. RIBEIRO 1974). Este complexo jogo de formas concretiza-se em cenários grandiosos, como na zona onde confluem o vale do Rio Sabor (que corre encaixado entre margens abruptas) e a ampla depressão drenada pela Ribeira da Vilariça (em que se formaram depósitos sedimentares algo extensos). Dos cumes mais altos dos inselbergs quartzíticos (relevos residuais) que se elevam sobre os planaltos de Miranda ou de Parada dominam-se vastos horizontes da antiga pene-planície, mosaicos coloridos conforme as culturas e as épocas do ano. As depressões tectónicas de Bragança, de Mirandela e da Vilariça formam pequenos universos, férteis terras em que se aglutinam povoados.

O Nordeste transmontano, sendo um território com inegáveis características próprias, continua, na verdade, os espaços contíguos. As montanhas de Léon prolongam-se na zona de Bragança pelas serras da Coroa, de Montesinho e da Nogueira. O planalto de Castela-a-Velha estende-se pela Terra de Miranda e finda no altiplano de Parada-Izeda (RIBEIRO & LAUTENSACH 1987). A faixa sul do Nordeste apresenta notórias afinidades com a Beira Interior (a Beira Transmontana de Orlando Ribeiro).

Como resultante inevitável da complexidade geológica, geomorfológica, climática e pedológica, o revestimento vegetal é variado, formando-se micro-zonas ecológicas, que albergam paisagens diferenciadas. Vergílio Taborda (1932), um brilhante geógrafo da Universidade de Coimbra, prematuramente falecido, adaptou e operou com uma dupla conceptual, Terra Fria e Terra Quente, que foi buscar à linguagem popular. A partir dessa dicotomia ecológica, elaborou dois modelos descritivos, que corresponderiam a estruturas paisagísticas, uma evocando os "openfiels", e a outra baseada na policultura. A obra de Vergílio Taborda não foi retomada. Os seus modelos descritivos são, talvez, demasiado esquemáticos, reduzindo a variedade ecológica do espaço transmontano e o grau de intervenção humana no quadro natural.

Como factor decisivo do povoamento Vergílio Taborda sublinhou a distribuição dos recursos hidrícos. Sem pretender menosprezar a importância da água, factor vital, e o efeito marcado das isocurvas do défice hidríco nos mapas da densidade de povoamento, consideramos indispensável des-

tacar os efeitos dos diferentes tipos de solos, das depressões geomorfológicas e dos corredores naturais de circulação. Salientamos, em especial, a importância dos sistemas de terraços, generalizado na Terra Quente e na zona do vale do Douro, técnica que permite construir, mesmo em zonas de litossolos, antrossolos que sustentam por si mesmo o sistema agrário (A. MARTINS 1985).

Na zona norte, em Vinhais e Bragança, avulta o menor grau de acidez dos solos, factor que favorecendo uma recuperação rápida do coberto natural, facilitou uma elevada densidade de povoamento.

Na coração da Terra de Miranda (que possui similitudes climáticas com o Alto Trás-os-Montes), o sistema de "openfield" típico da Terra Fria é substituído por uma paisagem de bocage, muito elaborada (CANGUEIRO 1988).

A par dos solos, a compartimentação do espaço parece ter sido muito importante na distribuição das comunidades. Orlando Ribeiro abordou a função das depressões na distribuição dos lugares centrais de Trás-os-Montes (O. RIBEIRO 1972). Pela nossa parte julgamos indispensável sublinhar um outro aspecto: os corredores de circulação e as portelas. Os vales encaixados e as montanhas formam barreiras, obstáculos naturais. Os planaltos e as depressões vias naturais. Assim o planalto mirandês, grande eixo sul-norte. Ou o Vale da Vilariça (também orientado sul-norte). Nas montanhas determinadas portelas constituiram pontos obrigatórios de passagem. Assim a Portela de Penhas Juntas, por exemplo. Nos vales encaixados dos grandes rios, em contextos especialmente favoráveis, decorrentes de pequenas depressões tectónicas, abrem-se pontos tradicionais de passagem. No rio Douro, por exemplo, a zona de Alva, a foz do Sabor, ou, bastante mais a juzante, a Senhora da Ribeira (concelho de Carrazeda de Anciães).

Traçar um quadro mais completo do espaço do Nordeste transmontano, na sua diversidade, ocuparia muitas páginas. Apenas destacámos determinados aspectos, sem os quais o posicionamento dos *habitats* ficaria desfocado.

E, sublinhe-se, evocámos a complexidade geográfica do Nordeste para deixar claro que os *habitats* não são "pontos" distribuídos por superfícies lisas, mas comunidades inseridas em contextos ecológicos concretos e precisos.

Nesta perspectiva a análise dos movimentos diacrónicos de *habitats* implica sempre um conhecimento directo, prévio e profundo do território.

3. MOVIMENTOS DE *HABITAT*

Os processsos de ruptura e continuidade do povoamento, conforme já afirmámos, constituem um dos temas predilectos da Arqueologia e da História. Seria ocioso, neste texto, analizar os antagonismos teóricos entre as posições dos que recorrem aos movimentos de povos, ou a contextos sócio-políticos, para interpretar as mudanças culturais e as dos que apenas "acreditam" em processos endógenos, com todo o vasto leque de perspectivas intermédias. De ângulo estritamente descritivo, num quadro geográfico muito concreto, apenas pretendemos registar movimentos de *habitat*, a duas escalas (macro e micro análise), tentando encontrar pistas para uma futura abordagem sistemática.

3.1. Micro-análise

Todas as construções interpretativas que ignorem o contexto espacial e ecológico dos *habitats* e a evolução diferenciada das comunidades, podem resvalar para meros exercícios abstractos. Na verdade, quando se desce dos mapas regionais, para o terreno, para a escala da comunidade e do seu termo, deparamos com uma variedade de situações, que parece desafiar os mais inteligentes e sofisticados esforços de padronização.

Os exemplos que se seguem, ilustram a complexidade da realidade quando encarada de perto. São processos específicos, que não devem ser encarados como modelos. Foram, aliás, escolhidos de uma forma algo subjectiva e arbitrária, embora na sua escolha transpareça uma atitude metodológica que pretende em primeiro lugar evidenciar a complexidade e a singularidade como aspectos essenciais da História e da Arqueologia.

3.1.1. Terra Fria

Grijó de Parada (fig. 2)

Esta aldeia do planalto de Parada-Izeda (patamar de 700 metros), pertencente ao concelho de Bragança, situa-se no meio de solos de excelente qualidade para a cultura cereafífera, possuíndo também bons lameiros para a pecuária. Em vales mais abrigados, voltados ao rio Sabor, podem observar-se olivais e vinhas. Referências do século XVIII a estelas funerárias (CARDOZO BORGES citado por ALVES 1911, 354), permitiram-nos localizar o *habitat* da época romana que ficava na periferia leste

do actual aglomerado, ocupando o topo e a vertente sudoeste de um lombeiro, no lugar chamado Medorra. Recentemente, novas estelas foram divulgadas por Belarmino Afonso (1990, 211-214). Citado nas Inquirições, tudo indica que o *habitat* medievo se filiou no povoado romano. Actualmente, tal como no período romano, a sua estrutura agrária aproveita os bons solos que se inserem na faixa adjacente ao povoado (território teórico de meia-hora), vivendo-se do binómio agricultura de cereais-pecuária.

Num caso como este pode afirmar-se que não há um movimento perceptível na estrutura do *habitat*.

Cova da Lua (fig. 3)

Cova da Lua é uma aldeia da freguesia de Espinhosela, instalada na vertente soalheira de um pequeno vale abrigado que se abre no sentido leste-oeste, nos últimos contrafortes meridionais da serra de Montesinho. Nas Inquirições de Afonso III, no capítulo relativo a S. Cripiano de Vilarinho, surgem declarantes de "Cova de Luna" (ALVES 1913, 398): "quod villa de Cova de Luna est tota foraria domini Regis". Nas Inquirições de Afonso III (Livro IV, fol. 38): "It villa de Cova de Luna est foraria domini regis" (ALVES 1913, 318).

No termo de Cova de Lua, no mesmo vale, a meia encosta, na vertente fronteira à aldeia, existe um sítio arqueológico, denominado Casarelhos, onde se distinguem diversas fases de ocupação. No extremo de um pequeno lombeiro que arranca da meia encosta, nota-se um talude subcircular que poderia corresponder a uma fortificação da Idade do Ferro, mas que, provavelmente, será uma estrutura defensiva medieval, se tivermos em conta a ausência de materiais proto-históricos. Fora da área do talude observam-se numerosos fragmentos de cerâmica romana de contrução e doméstica. O Abade de Baçal afirma mesmo ter recolhido pedaços de *terra sigillata* (1934, 50-54; 186-188). Seja como for a ocupação romana está documentada pelo achado de duas aras, uma dedicada a uma divindade tópica, cujo nome desconhecemos, pois não é mencionada, outra consagrada a uma divindade indígena bem conhecida no pantéon pré-romano: *Bandue*. A par destas aras registam-se duas estelas funerárias. Destaca-se a adopção de nomes e cognomes romanos: *Cornelius Oculatus, Flacus Vibonis, Proculus Silonis, Flavius Bedunus*. No extremo da área da dispersão de materiais, conservam-se as ruínas de um templo cristão, conhecido pela Senhora da Hedra. A deslocação de *habitat*, de uma encosta para

outra, de Casarelhos para a aldeia da Cova da Lua, parece ter-se processado na Idade Média, num momento desconhecido. Pode admitir-se a hipótese da coexistência temporária de dois *habitats* durante alguns séculos, que seria testemunhada por uma referência de um documento do século XV (1435), segundo o qual o Mosteiro de Castro de Avelãs era proprietário de uma "quintaa a que chamão Castro de Cova da Lua" (ALVES 1913, 87).

Na nossa perspectiva de análise, consideramos interessante constatar que a deslocação de *habitat* ocorre sem prejuízo da estrutura de exploração territorial. Seja no *habitat* de Casarelhos seja na aldeia de Cova da Lua, a distância aos lameiros e aos solos húmidos do fundo do vale (cultura do linho ou pastagens) é idêntica, como é análoga a distância aos solos mais leves e secos, que ocupam patamares superiores. Por outras palavras a deslocação de *habitat* parece não ter modificado o sistema de exploração económica do território, entre a época romana e o período medieval, ou épocas subsequentes.

Castro de Avelãs (fig. 4)

A generalidade dos autores (HUBNER 1871; TRANOY 1981; ALARCÃO 1988) considera que Castro de Avelãs foi a capital ou a sede religiosa de um povo, citado pelos autores clássicos e que deixou importantes testemunhos epigráficos: os Zoelas. As escavações, feitas no século XIX por Henrique Pinheiro, demonstraram que a sede da *Civitas Zoelarum* ocupava o topo e a vertente nordeste de uma pequena colina, que mal se distingue no centro da depressão de Bragança, uma zona muito fértil, um autêntico mosaico de solos húmidos e de solos leves, pouco ácidos, favoráveis à cultura do trigo e da vinha. As escavações de Henrique Pinheiro, financiadas por Martins Sarmento, exumaram um edíficio de razoáveis dimensões, que poderia ter sido um templo ou um pequeno *forum* (PINHEIRO 1895). Cerca de duzentos metros para noroeste deste conjunto H. Pinheiro descobriu, no sítio chamado Terras de S. Sebastião, um templo medieval e a respectiva necróple envolvente, que incluía dois miliários reutilizados como sarcófagos (1895). Não restam, pois, dúvidas que o povoado persistiu ao longo da Alta Idade Média. Porém, no século XIII já não há referências a tal templo. De facto, a norte, na base da colina, junto à margem esquerda do rio Fervença instalou-se, em época indeterminada, o mosteiro beneditino de Castro de Avelãs, em torno do qual se congregou a actual aldeia. Na direcção oposta surge a paróquia de S. Cláudio que agrupa três lugares Formil, Gostei

e Castanheira. O templo paroquial está isolado. Nos documentos do século XII já estas três "vilas" aparecem individualizadas.

O caso de Castro de Avelãs é deveras interessante. A influência religiosa, que conservou durante a Alta Idade Média, até à extinção do convento no século XVI (ALVES 1909, 91-94), não é por certo alheia às funções que desempenhou como centro de culto a *Aerno*, que se supõe ter sido o deus tutelar dos Zoelas. É, também, interessante verificar como emerge uma paróquia à sombra do nome de Cláudio, imperador sob cuja égide a sede da *civitas Zoelarum* adquiriu o seu estatuto, a crer na presença do monumento honorífico, conservado na própria igreja paroquial.

*
* *

Neste três casos da chamada Terra Fria transmontana, deparamos, pois, com três trajectórias distintas no percurso temporal de *habitats* fundados na época romana: aparente persistência de ocupação no mesmo lugar geométrico (Grijó de Parada); mudança no posicionamento do *habitat*, sem alteração da estrutura de exploração do território (Cova da Lua); fragmentação de um lugar-central da época romana em quatro aldeias (três submetidas a uma entidade paroquial cujo orago evoca o nome do imperador Cláudio, que terá concedido aos Zoelas o direito de se organizarem em *civitas*; e uma quarta nascida ao abrigo de um convento, que pode ter herdado um poder religioso remanescente do período romano).

3.1.2. Terra de Miranda

Algoso (fig. 5)

A antiga vila de Algoso, hoje sede de freguesia (concelho de Vimioso), situa-se no extremo sul de um planalto delimitado pelo rio Maçãs e ribeira do Angueira. A ocupação mais antiga refere-se ao período calcolítico, assinalada pela ocorrência de materiais cerâmicos (fragmentos de olaria de fabrico manual lisas ou decoradas com incisões), que se encontram disseminados à superfície do solo, na vertente oeste da crista quartzítica onde, posteriormente, foi implantado o castelo medieval. A encosta oeste é mais favorável, por estar abrigado dos ventos de norte e por ser a mais soalheira.

Não há indícios de qualquer ocupação do Bronze Final, ou de transição Bronze-Ferro.

Para sudeste do local do *habitat* calcolítico, num esporão sobranceiro ao rio Angueira, embora encravado no fundo do vale e destituído de visibilidade sobre o território envolvente, encontram-se as muralhas de um povoado fortificado da Idade do Ferro. No seu interior recolhem-se raros fragmentos de cerâmica de fabrico manual, lisa.

Para norte deste povoado, cerca de mil metros em linha recta, estendendo-se pela vertente ocidental de um vale abrigado, no limite do planalto, conservam-se os vestígios de um povoado de fundação romana. Numa extensa área podem observar-se numerosos fragmentos de tégulas, ímbrices, tijolos e cerâmica comum. Domingos Marcos recolheu um fragmento de terra sigillata hispânica tardia. No extremo sudeste deste pequeno vale, no sítio chamado S. Martinho, parece ter sido descoberta uma estela funerária romana. Já não se conservam ruínas de um eventual templo cristão. Contudo, há notícia de uma necrópole de sepulturas de lages. Segundo uma lenda registada pelo Abade de Baçal (ALVES & AMADO 1968) o povo de Algoso, afirma que no S. Martinho existia uma quinta que foi abandonada.

No extremo oposto, no topo do cabeço em cuja vertente oriental se observam os indícios do povoado romano, distingue-se um talude subcircular (designado Cabeço da Forca) que, em nosso entender, pode ser interpretado como uma linha de muralha. Julgamos que se trata de uma cerca alto-medieval, relacionada com a ocupação tardia do povoado romano contíguo. Na zona interior da possível cerca, observam-se alguns fragmentos de material arqueológico, mas com densidade muito menor.

O Castelo de Algoso, que segundo os documentos disponíveis (Inquirições) teria sido construído no século XII, foi implantado a sudoeste da fortificação que acima descrevemos. Desconhece-se a sua estrutura primitiva. Ao abrigo deste castelo, na vertente norte, num concâvo protegido dos ventos, ergueu-se uma povoação, conhecida pelo nome de Penenciada, cujo templo seria a capela da Senhora da Assunção, que ainda hoje se conserva. Na vertente oeste, já mencionada, a propósito da ocupação calcolítica, encontram-se numeroso fragmentos de telha curva e de tijolos, bem como cerâmica medieval, o que sugere que o povoado se estendeu entre o templo e o castelo, num momento de maior expansão. No entanto, este *habitat* não perdurou. Na transição da Baixa Idade Média

para a Idade Moderna, a vila de Algoso desenvolve-se entre a Penenciada e o Cabeço da Forca, aproximando-se assim do antigo povoado romano e dos solos cerealíferos.

Neste exemplo de Algoso constatamos uma significativa sensibilidade do povoamento aos condicionalismos geo-estratégicos e económicos.

Picote (fig. 6)

Tal como em Algoso, no termo de Picote conserva-se um conjunto de sítios que documentam diversos momentos cronológicos.

Relacionados com o povoamento proto-histórico existem dois castros, um a norte, chamado Cigaduenha, e o segundo a sul, o Castelo do Picão, ou Picão do Diabo. Inserem-se numa sequência de povoados que se distribuem ao longo do rio Douro, com um sistema defensivo muito peculiar, semelhante aos "promontory-hillforts" da bibliografia inglesa. Uma linha de muralha, em arco, reforçada com fosso e campo de pedras fincadas, protegia um espaço circunscrito, que termina em falésias que caiem a pique sobre o rio Douro. Nem na Cigaduenha, nem no Castelo do Picão, se notam indícios de romanização. Contíguo à aldeia de Picote existiria um terceiro castro, chamado Castelar ou Poio. É possível que no lugar tenha existido um povoado da Idade do Ferro, numa posição mais distanciada do rio Douro. Apontam nesse sentido fragmentos de olaria de fabrico manual, que se recolhem à superfície do solo (LEMOS & MARTINS 1982). No entanto, os vestígios mais abundantes indicam uma ocupação da época romana. Nos anos 60 foi posto a descoberto um presumível santuário, em que o elemento central seria um berrão de grandes dimensões (SANTOS JÚNIOR 1975, 79-91). Os estratos associados a este conjunto seriam do Baixo-Império (SANTOS JÚNIOR 1975, 84). Não muito longe deste local, já nos anos 80, em consequência de terraplanagens, foram exumados os muros de uma casa rectangular com materiais romanos (MARCOS). Para além destes achados a importância do local é comprovada por uma colecção de vinte e uma estelas funerárias, a mais numerosa do Nordeste transmontano, na sua maioria provenientes da pequena colina onde se ergue a igreja matriz de Picote, consagrada a Santo Cristo (MOURINHO 1988). Não existem dados definitivos, pois que nunca se realizaram escavações, mas tudo indica que o templo foi construído sobre uma necrópole romana (TRANOY 1981). No conjunto, julgamos que aldeia actual se ergue sobre o povoado da época romana, num manifesto exemplo de continuidade. No entanto, sabe-se que a sudeste de Picote, no local

chamado o Castelo, num cume sobranceiro ao Douro, conservam-se os negativos de uma torre. Numa rechã contígua, observam-se materiais atribuíveis à Alta Idade Média. Terá havido uma interrupção episódica, num contexto de maior instabilidade ?

Tal como em Algoso verificam-se mudanças num aro territorial relativamente curto. É notório um processo de concentração no quadro do Império Romano, num local com fácil acesso aos solos cerealíferos do planalto. Regista-se uma ruptura num momento indeterminado do período medieval. Mas a povoação consolida-se no lugar contíguo ao povoado romano e a igeja paroquial parece ter sido erguida sobre o cemitério romano.

Penas Róias (fig. 7)

A freguesia de Penas Róias situa-se na parte sul do planalto mirandês, num trecho mais ondulado do planalto, em que se erguem as cristas quartzíticas conhecidas pelo designação genérica de Cimos de Mogadouro. No termo desta freguesia conhecem-se diversos sítios arqueológicos. Nos abrigos do afloramento rochoso quartzítico, que deu o nome à aldeia (Penas Róias = Penhas Rúbias), tal como na vertente que desce da massa rochosa para oeste, encontram-se numerosos fragmentos de cerâmica de fabrico manual, lisa e decorada (SANCHES 1988). Na parede de um dos abrigos conserva-se um painel de pinturas esquemáticas, habitualmente atribuídas ao mesmo período (ALMEIDA & MOURINHO 1981).

Não se conhecem ocupações da Idade do Bronze ou do Idade do Ferro.

Para leste do povoado calcolítico, na vertente abrigada de uma colina de encostas suaves e subestrato xistoso, existiam as ruínas de uma *villa* romana, descobertas acidentalmente nos anos 70, quando se surribou o terreno para implantação de uma vinha. A pá do bulldozzer trouxe à superfície numerosos materiais cerâmicos, bem como elementos arquitectónicos, indicadores da existência de uma residência de certa amplitude a julgar pelas dimensões dos capitéis e das bases de coluna. As duas campanhas de sondagem que dirigimos no local, nos anos de 1981 e 1982, revelaram que era impossível reconstituir o perímetro da *villa*, pois a surriba tinham arrazado o edifício até aos alicerces (LEMOS & MARCOS 1985). No entanto, recolhemos materiais que demonstram que o estabelecimento agrícola foi fundado na primeira metade do século I (LEMOS & MAR-

COS 1985). Outros materiais inserem-se em meados do século I: terra sigillata hispânica; um as de *Vitelius*, cunhado em Tarraco (Janeiro-Julho de 69) (CENTENO 1987, 146). Alguns utensílios de ferro evocam o carácter agrícola da *villa*. Outras peças registam o estatuto do proprietário: uma bela faca de mesa, de lâmina de ferro e cabo de bronze; anéis de bronze. Não se conhecem epígrafes relacionáveis com esta *villa* (no cunhal sudeste da Igreja Matriz de Penas Róias, observa-se uma ara romana, mas não é possível saber se possui alguma inscrição sem a retirar da parede, operação assaz díficil).

Fragmentos de terra sigillata tardia revelam que a *villa* da Fonte do Sapo perdurou no Baixo Império. No entanto, parece ter sido abandonada na Alta Idade Média, já que entre os materiais não figuram cerâmicas tardias presentes em outras *villae* de Trás-os-Montes, como na Granjinha (LEMOS 1987) ou na Quinta da Senhora da Ribeira .

No termo de Penas Róias conhece-se, sim, um sítio alto-medieval, no sopé da Serra da Castanheira, cerca de oitocentos metros para norte da *villa* da Fonte do Sapo. No local chamado Prado foi recolhida uma estela datada do século VIII (ALVES 1934, 91-92) e que talvez identifique o casal proprietário da quinta aí existente:

+PROTHEUS FECIT/ THURESMUDE
UXO/RI SUE OBIIT IPSA/ SUB DIE
VIII K(A)L(ENDARUM) JA/NUAR(II)
ERA DCLXXIII

Embora nunca tenham sido descobertas estruturas, no sítio do Prado, observam-se fragmentos de cerâmica comum atípica. Esta quinta não parece ter perdurado.

No século XI ou XII é construído o Castelo de Penas Róias. As suas muralhas albergavam um povoado, cujas ruínas ainda se conservam por estudar. O Livro de Duarte de Armas mostra a estrutura da aldeia no final da Idade Média, quando a área intra-muros já estava abandonada e o aglomerado se estendia para leste na direcção dos solos cerealíferos, aproximando-se do local onde jaziam as ruínas da *villa* da Fonte do Sapo.

Aqui, tal como em Algoso e Picote, deparamos com ligeiras flutuações de *habitat*, da época romana para o período alto-medieval, deste para os séculos XII-XV.

Algosinho (fig. 8)

Nesta pequena e isolada aldeia da Terra de Miranda, anexa de Peredo de Bemposta, conserva-se um harmonioso e amplo templo românico, construído em granito com portal decorado, inserindo-se, pois, na fase mais antiga do românico transmontano. Este templo documenta a importância do povoado na Baixa Idade Média.

Em terrenos lavrados, contíguos à aldeia podem-se observar-se fragmentos de material romano de contrução e de olaria doméstica. No adro da igreja existiria um berrão que foi destruído no fim do século XIX (MARTINS PEREIRA 1908). Albino Pereira Lopo (1987), no mesmo adro, observou duas estelas funerárias romanas. Estas estelas podem ser provenientes do extremo oeste da aldeia, onde ainda se conserva um pequeno núcleo de sepulturas escavadas na rocha. Em Algosinho o templo cristão parece ter sido erguido sobre o local do *habitat* da época romana, que aliás fica junto à aldeia, tal como em Grijó de Parada.

Em Algosinho verificamos uma possível deslocação do *habitat* da Idade do Ferro, de um local encravado no fundo do vale para o planalto e a partir daí uma hipopética permanência. Deve sublinhar-se que ao contrário do que aconteceu em Vila dos Sinos, a igreja paroquial foi erguida sob a zona de *habitat*. A necrópole romana ficaria a norte, num local onde ainda se observam algumas sepulturas escavadas na rocha (sítio dito do Lamoso ou de Santo André).

Vila dos Sinos (fig. 9)

Esta pequena aldeia do planalto mirandês é anexa da freguesia de Vilarinho de Galegos. É um pequeno povoado em manifesta decadência. A sua origem parece remontar à romanização do planalto. Na vertente fronteira ao extremo norte da aldeia, no local conhecido por Bardalém, já referido pelo Abade Baçal (ALVES 1938), podem observar-se, entre campos de vinhas e hortas, numerosos fragmentos de tégulas, ímbrices e cerâmica comum romana. No extremo sul da aldeia, em redor da igreja matriz, que se encontra ligeiramente destacada do aglomerado populacional, registaram-se diversos achados. Martins Pereira (1908) menciona a descoberta de sepulturas de lages, sublinhando que algumas continham vasos com sementes de cereal (torrados?). O Abade de Baçal ainda observou um desses vasos na sala do Museu Municipal de Bragança, mas admite que tenham desaparecido durante a mudança de instalações. Posteriormente, em 1935, no decurso de obras para o rebaixamento do adro, apareceram

novas sepulturas e duas esculturas zoomórficas de pequenas dimensões: um "berrão" e um "touro" (ALVES 1938). Este tipo de esculturas zoomórficas (pequenos touros) tem sido registado em contextos funerários tardios (Baixo Império), na zona de Salamanca. Ainda hoje, no adro da igreja, se observa um berrão, ou porco, de média dimensão, cuja origem exacta se desconhece. Na cabeceira sul da Igreja foi desenterrada, em 1980, uma estela funerária romana dupla, em mármore, descoberta que deu origem a duas sucessivas campanhas de escavação por nós orientadas, em colaboração com Domingos Marcos. Os resultados adquiridos permitiram compreender a dinâmica da necrópole medieval e a evolução tipológica de túmulos que situámos entre os séculos X e XIII, baseados na estratigrafia relativa dos enterramentos (LEMOS & MARCOS 1984 e 1985). Não encontrámos sepulturas romanas, salvo uma estrutura com distinta orientação, que poderia ser um túmulo da época, posteriormente reutilizado como ossuário. Servindo como elementos laterais, ou de cobertura, das sepulturas detectámos diversas estelas funerárias romanas. Consideramos pouco provável que as estelas e as esculturas tenham sido carreadas de outro ponto. Admitimos como hipótese mais provável que o templo e a necrópole cristãs se desenvolveram sobre a necrópole romana.

No caso de Vila de Sinos a igreja paroquial parece ter-se instalado sobre a necrópole romana. O povoado actual estende-se entre a igreja e o chamado Bardalém, local onde supomos ter sido o *habitat* romano.

Seja em Algosinho, seja em Vila dos Sinos, aliás ambos os locais citados como "vilares velhos" no Foral de Mogadouro, verifica-se continuidade de ocupação, embora seja distinta o posicionamento da igreja paroquial. Em Algosinho o templo foi construído no local do *habitat* romano. Em Vila dos Sinos, pelo contrário, no sítio da necrópole.

3.1.3. Terra Quente

Anciães

Anciães é um povoado abandonado desde o final do século XVIII. Quando Columbano Ribeiro fez o recenseamento das povoações da Comarca de Torre de Moncorvo, o lugar foi dado como deserto. No princípio do mesmo século era apenas habitado por quinze moradores (MORAIS & MAGALHÃES 1985). A transferência da sede da vila para Carrazedo terá ocorrido cerca de 1738.

No entanto, ainda dois séculos antes, no fim da Baixa Idade Média, Anciães era um lugar central, com marcada influência sobre a região cir-

cundante, o que se deduz quer da documentação disponível, quer do notável conjunto de ruínas observáveis: fortificações; templos; habitações [4].

No seu conjunto as estruturas observáveis parecem datar da Baixa Idade Média (séculos XIV-XV).

Os dados arqueológicos e documentais indicam, porém, uma longa história de sucessivas ocupações, o que sugere uma hipotética continuidade de *habitat* ao longo de vários milénios.

A ocupação calcolítica é evidenciada por fragmentos de cerâmica de fabrico manual (lisa ou decorada com incisões e a pente), material este recolhido em vários pontos, no topo do cabeço e na sua vertente mais suave, voltada a leste. Numa sondagem, que dirigimos em 1987, foram identificados dois estratos sobrepostos, atribuídos a esse período, camadas que foram cortadas pela construção da linha de muralha actualmente visível. Directamente sobre a camada calcolítica superior assenta uma sequência de níveis da Baixa Idade Média, que revolveu anteriores ocupações. Porém, entre os materiais remexidos, que se misturam com as cerâmicas medievais, registam-se fragmentos de olaria de fabrico manual, atribuíveis ao chamado universo de Cogotas I (decorada com excisões e sequências de espigas) [5], à Idade do Bronze Final (carenada lisa), ao horizonte de transição Bronze-Ferro (decorada com dedadas) e à Idade do Ferro (lisas). Dispomos pois de todos os indícios para se admitir que ao povoado calcolítico se sucedeu um povoado proto-histórico eventualmente estabelecido no Bronze Final. Note-se que Anciães é um dos raros locais transmontanos onde se desenha uma eventual ligação entre um povoado calcolítico e um castro, através de materiais de Cogotas I e do Bronze Final/Ferro.

Neste conjunto de materiais pré-históricos, proto-históricos e medievais está ausente o mundo romano. Entre as centenas de fragmentos recolhidos não surgem fragmentos de terra sigillata ou cerâmica comum do Alto Império [6]. Porém, no sopé nordeste do monte em que se ergue o Castelo de Anciães, numa vertente suave e abrigada, junto da estrada municipal que liga Carrazeda a Selores, observam-se numerosos fragmentos de tégulas, imbríces, e de cerâmica comum, disseminados por uma

(4) Para uma descrição pormenorizada do castelo, cerca, igrejas, estruturas habitacionais e outros elementos pode-se consultar ALVES 1934, 113-117, 518; PEREIRA LOPO 1987, 73-80; LEMOS 1989, 52-56.

(5) Agradecemos à doutora Susana Jorge, que teve a amabilidade de observar e confirmar as nossas hipóteses sobre a classificação cronológica dos materiais calcolíticos e de Cogotas I.

(6) Agradecemos à dra. Manuela Delgado que teve a paciência de observar todo o material, tentando detectar a ocorrência de materiais do Alto Império.

extensa área. Segundo notícas recolhidas por J. Leite de Vasconcelos (1918, 356), no mesmo local, teriam sido exumados uma ara e um tesouro monetário, a primeira perdida e o segundo disperso. O tesouro seria do Alto Império (HIPÓLLITO 1961; CENTENO 1987). A ausência de materiais do Alto Império no topo do monte, indica que houve uma transferência de *habitat*, relacionada com o processo de romanização.

Porém, o novo *habitat* instalado na base nordeste do monte não perdurou. De facto, parece ter ocorrido, no fim do Império um processo inverso. No topo do monte, recolheram-se moedas tardias que andam dispersas, o que por si mesmo não seria suficiente como indicador. Mas, também, se regista um fragmento de cerâmica importada, terra sigillata hispânica tardia (séculos IV-V).

Não identificámos materiais importados que possam sinalizar uma ocupação dos séculos VI-IX. Porém Anciães surge mencionada como lugar fortificado em documentos do século X . No século seguinte recebe Carta de Foral de Fernando X, estatuto que é confirmado posteriormente pelos reis portugueses. No século XI parece formar uma linha de castelos, com Numão, Vilarinho da Castanheira, Linhares, Urros, que controlam o vale do rio Douro. Ao longo dos séculos seguintes, Anciães procura reforçar o seu papel de lugar central, envolvendo-se em disputas territoriais com os lugares fronteiros. No século XIV, toma o partido da Casa de Avis, revoltando-se contra o donatário (Porto Carrero) e entrando em luta contra a vila fortificada de Vilarinho da Castanheira, que adere à causa do reino de Castela. Com a vitória da casa de Avis, Anciães atinge o zénite do seu poder. Reconstroi as muralhas, obras que documentámos através da sondagens de 1987, constroi templos de grande beleza arquitectónica, no mais puro estilo românico. Diversos diplomas reais atestam o poder da vila: os moradores de Abreiro, Favaios, Vila Real, Vilarinho da Castanheira, Linhares, são forçados a contribuir para a construção das novas muralhas.

Esta curva ascendente não se mantém. Conforme já referimos, dois séculos depois, a descrição de 1721 (MORAIS & MAGALHÃES 1985) revela um lugar quase deserto, que apenas detém poderes jurídicos, mas que se encontra abandonado em proveito das aldeias envolventes dispersas pelos vales circundantes: Selores; Lavandeira e Marzagão.

Senhora do Castelo da Adeganha

Tal como em Anciães, constatamos neste sítio uma admirável sucessão de níveis de ocupação. Um "castelo" natural de grandes afloramentos graníticos, sobranceiro ao Vale da Vilariça, mas com fácil acesso ao planalto, a meia distância entre o fundo do vale e o patamar planáltico, foi o local escolhido para instalar sucessivos *habitats*, do calcolítico, de Cogotas I, de Bronze Final/Ferro. Apoiado nos afloramentos rochosos foi erguido um castro, do qual ainda se conserva pelo menos um troço de muralha. Na época romana os habitantes do castro, ou parte deles, deslocaram-se para vale, para a base da vertente, eventualmente influenciados pela passagem de uma via ou pelo acesso directo a melhores solos. Pelo menos a partir de meados do século I a. C. estabelece-se um importante povoado (Olival das Fragas), que se estende do sopé do monte do Castelo da Senhora da Adeganha até à margem esquerda da ribeira da Vilariça. A ocorrência de materiais romanos na área do castro faz supor que este continuou a ser habitado.

Um movimento de refluxo processa-se durante o período medieval. O habitat do sopé foi abandonado (progressivamente?) e um novo povoado estrutura-se no cume, no lugar do antigo castro, reaproveitando as muralhas, observando-se ruínas de casas, escalonadas em terraços. Este povoado ainda teve capacidade sucificiente para construir uma igreja de estilo românico rústico, de certa dimensão. No entanto a aldeia acabou por ser abandonada no quadro do processo de desertificação e concentração populacional que se verificou na Baixa Idade Média.

Junqueira

No termo de Junqueira, lugar da freguesia de Adeganha, mas que dista da sede para cima de dez quilómetros, conhecem-se diversos sítios arqueológicos. A norte da aldeia, cerca de um quilómetro, num castelo granítico conservam-se as muralhas de um povoado da Idade do Ferro. Os habitantes deste povoado, no quadro do processo de romanização parecem ter-se deslocado para um pequeno vale abrigado, no sopé sul do monte onde se erguia o castro. Os materiais romanos são abundantes. Registou-se o achado de estelas e mesmo de um tesouro atribuído a Augusto por Rui Centeno (1987), mas que poderia ser posterior, pois aquele autor apenas examinou uma parte das moedas. No local deste povoado romano

recolhemos fragmentos de terra sigillata hispânica alto-imperial. As prospecções efectuadas pela equipa do PARM indicam que o povoado se estendeu, talvez por núcleos (Freixo e Chão da Capela) até à trajectória da via romana, na margem esquerda da ribeira da Vilariça. Pode admitir-se que este *habitat*, conhecido pelas Cavadeiras, perdurou durante a Alta Idade Média, pois que se conserva um conjunto de sepulturas escavadas na rocha, na zona contígua ao povoado romano. No entanto, um novo núcleo de *habitat*, formado por estruturas arruinadas com abundante materiais medievais, surge, a sul da aldeia da Junqueira, ao abrigo de um afloramento rochoso conhecido pelo Cabeço das Pombas. Nas Inquirições, Junqueira destaca-se como importante paróquia, mas não podemos afirmar se o local exacto do vila citada nos documentos medievais, é aldeia actual ou o núcleo mais sul. Seja como for, pode-se constatar que, ao longo de três milénios, o *habitat* pouco oscilou, numa circunferência que não ultrapassa um diâmetro de cinco quilómetros.

3.1.4. Conclusões

Os exemplos que acabamos de analizar demonstram processos diferenciados na evolução dos *habitats*. Revelam, por outro lado, a complexidade dos processos. Uma conclusão genérica pode ser extraída. A par de fenómenos de continuidade, verificam-se rupturas. Parecem existir estratégias locais distintas. Conforme as épocas os primados económicos ou geo-políticos são diferentes. No território de Trás-os-Montes Oriental, eventuais estratégias globais de povoamento, relacionadas com o fim do Baixo Império, com uma eventual reorganização territorial da Alta Idade Média, ou com o processo de reconquista cristã, ou, mesmo com a afirmação do poder da Coroa, não parecem reflectir-se uniformemente na modelagem e diacronia dos *habitats*. Revela-se, pois, prematura qualquer construção de hipóteses interpretativas, que apenas se fundamentem na análise de uma certo número de casos, por muito informativos que sejam.

3.2. Macro-análise

No labirinto descritivo que acabamos de percorrer existem, por certo, saídas, sem ser a generalização fácil, baseada em meia dúzia de casos, ou falsas portas hipotético-dedutivas. Vejamos alguns possíveis ângulos de abordagem, que ultrapassam o nível meramente descritivo, ou monográfico: a análise quantitativa aplicada a bases de dados com valores numéricos

credíveis; o estudo do destino dos lugares centrais; a análise da reestruturação da rede viária; a história das divisões eclesiásticas e civis. Dados os limites impostos pela própria natureza deste trabalho, uma comunicação a um colóquio, vamos apenas aflorar estes aspectos, sem entrar em questões metodológicas ou pormenores.

3.2.1. Análise quantitativa

Quando se utilizam exemplos isolados, por mais paradigmáticos que possam ser, a suspeita de um mero exercício ilustrativo de hipóteses preconcebidas é legítimo. Uma análise comparada, a outra escala, torna-se necessária, integrando os casos específicos em comportamentos quantificáveis. Infelizmente, não dispomos de um catálogo de povoados medievais, que nos permita estabelecer percentagens e desenhar gráficos, afirmar que de tantos lugares fundados na época romana, **n** foram abandonados na Alta Idade Média, **x** perduraram até à Baixa Idade Média, **y** sobreviveram até aos séculos XVII e XVIII, **z** continuaram até à actualidade.

Por ora, apenas se pode dizer que um número significativo de povoados perdurou, mas que, na verdade, muitos outros foram abandonados num período cronológico desconhecido. O facto de um número apreciável de *habitats* romanos estar relacionado com templos consagrados a santos tidos por alto-medievais, sugere a possibilidade de terem continuado pela Alta Idade Média. Santa Maria, Senhor, Senhora, S. Pedro, S. Martinho, Santa Marinha, Santo Apolinário, S. Paio, são alguns dos hagiotopónimos mais frequentemente associados a povoados romanos abandonados, locais não referidos nas Inquirições, em que os templos se encontram arruinados ou mesmo já desapareceram. Mas, conhecem-se numerosos outros locais de fundação romana que persistiram até aos séculos XII-XIII, tendo sido sómente abandonados no fim da Idade Média. Apontamos alguns exemplos: S. Cristóvão de Carviçais; o já mencionado sítio da Senhora do Castelo. Esperamos que num futuro próximo seja possível trabalhar com dados quantificáveis, com expressão estatística, o que passa pela organização de um catálogo do povoamento medieval.

3.2.2. O destino dos lugares centrais

Se a interpretação atribuída ao estatuto de *vicus* está correcta (lugares com funções de feira, centralizando o escoamento dos produtos, de uma micro-região) (ALARCAO 1990), constata-se que os lugares que tiveram origem nos dois *vici* conhecidos pela epigrafia, Fiães e Pombal, não se

destacam na rede do povoamento dos séculos XII-XIII, conforme se delineia nas Inquirições. Um outro povoado que poderia ter sido um *vicus*, onde ocorre uma ara consagrada aos *Tutela Tiriensi* e outra a *Bandue Vordeaco* (LEMOS & ENCARNAÇÃO 1991), parece ter sido abandonado na Alta Idade Média. O caso de outros povoados romanos que emergem como lugares centrais, pela extensão, posicionamento e espectro de achados epigráficos ou de materiais, exemplos de Castelar de Picote (Miranda do Douro), ou do Monte de Santa Luzia (Freixo de Espada-à-Cinta) é similar (ou foram abandonados ou não se destacam no povoamento medieval). Ou seja, se compararmos a rede dos lugares centrais da época romana, com os principais pólos de organização territorial dos séculos XI e XII, constatamos que há não coincidência, salvo um reduzido número de excepções, entre as quais se destaca Castro de Avelãs.

3.2.3. Rede Viária

Um outro campo de análise é o estudo comparativo da rede viária. Neste aspecto torna-se interessante constatar que os principais eixos de circulação estabelecidos no Alto Império perduraram até ao século XIX. O percurso do conhecido naturalista Link em Trás-os-Montes, no final do século XVIII, é assaz esclarecedor sobre a sobrevivência da rede romana de caminhos. No entanto, a essa primitiva rede sobrepõe-se uma complexa rede de vias medievais. As novas vias resultam quer das novas necessidades estratégicas criadas pela defesa da fronteira portuguesa quer da necessidade de estabelecer ligações mais directas entre vilas fortificadas que assumem as funções de lugar central. Estabelecer um mapa à escala de 1:250 000, do novo conjunto de vias principais, atribuíveis ao período medieval, seria um objectivo altamente desejável. Só assim será possível definir até que ponto a rede viária romana condiciona a abertura de novos eixos, ou, pelo contrário é integrada numa nova trama de caminhos.

3.2.4 Divisões eclesiásticas

Um outro macro-indicador disponível é a divisão territorial eclesiástica. Passamos à margem da discussão dos limites entre as dioceses de Braga e Astorga (eventuais sucedâneas dos *conventus*) porque o assunto exigiria um tratamento demorado e porque ultrapassam o quadro do Nordeste transmontano. Limitamo-nos à análise comparativa dos limites entre *Civitates* e *Pagi* do chamado Paroquial Suévico. Deste constam, no concerne o Nordeste, três *pagi* que é possível identificar, graças à persistência dos topónimos: Vergancia ou Bergancia; Valariza; e Letera. Admitindo a possi-

bilidade das suas fronteiras terem persistido nos Arcipestrados e Terras medievais, é interessante verificar que o território de Letera ocupa o âmago do espaço que diversos autores (TRANOY 1981; SILVA 1986) consignam aos *Interamici* (a média bacia do Tua), hipótese que consideramos provável. A Terra de Vilariza estende-se por grande parte do território das *Civitas Baniensium*, tal como foi delimitado por Jorge Alarcão (1988). Porém, não há uma coincidência entre a Terra de Bragança e o território dos Zoelas. De facto, ocupa apenas a área nuclear daquele povo, cujo território se estendia por um espaço que na Idade Média encontramos dividido em várias Terras: Lampaças; Miranda; Aliste. Aliás, as cabeças destas Terras não coincidem com os lugares centrais da época romana. As tentativas feitas (NETO 1975) para identificar os restantes *Pagi* com as Terras atrás mencionadas parecem-nos temerárias .

5. PERSPECTIVAS DE INVESTIGAÇÃO.

O diagnóstico de eventuais laços de genealogia entre o povoamento romano e medieval, no quadro do Nordeste transmontano, é um problema em aberto, no estado actual dos conhecimentos, conforme julgamos ter demonstrado. O contributo da arqueologia para determinar processos de continuidade e mudança poderá ser decisivo, em nosso entender, ou, pelo menos, mais positivo que eventuais estudos exclusivamente baseados em documentos.

Uma etapa preliminar será a organização de um catálogo cartografado (escala mínima 1:25 000 [7]) de povoados, necrópoles, templos, fortificações, pontes e caminhos medievais.

O inventário dos *habitats* implica uma cartografia exacta dos lugares mencionados nos documentos, nas Inquirições, Forais e Tombos. É indispensável verificar, caso a caso, se o povoado mencionado no documento ficava no local da aldeia actual. Recorde-se o caso de Algoso, já descrito, cujo posicionamento no século XII e XIII foi diferente do da Baixa Idade Média. Implica, também, o ensaio de identificação nominativa dos povoados desertos de provável cronologia medieval, já registados em catálogos ou cartas arqueológicas concelhias, ou que venham a ser descobertos em futuras prospecções, e que são frequentes, conforme comprovaram as nossas prospecções em vários concelhos do distrito de Bragança.

(7) As escalas superiores (1:50 000; 1:100 000; 1:250 000) apenas são desejáveis para apresentar leituras de conjunto. Porém a marcação dos sítios nestas cartas mais amplas terá de partir dos pontos já registados nos mapas 1:25 000, 1:10 000.

O registo das necrópoles é um outra etapa decisiva, compreende-se porquê. Convém, em especial, tentar estabelecer o significado dos numerosos pequenos conjuntos de sepulturas escavadas na rocha, que tanto podem traduzir um povoamento residual derivado da época romana, como o estabelecimento de casais agrícolas medievos, de escassa perduração.

Seja o estudo dos *habitats*, seja o das necrópoles, terá de ser articulado com uma listagem minuciosa dos templos e santuários abandonados, o que implica o exame no terreno dos hagiotopónimos. Em S. Martinho de Ligares, no concelho de Freixo de Espada-à-Cinta, por exemplo, deparámos com um povoado mineiro romano inédito, que terá subsistido na Alta Idade Média, a julgar pela tradição de ali ter existido um templo consagrado a S. Martinho, e pela ocorrência de cerâmicas medievais, a par do abundante material romano. Outros exemplos poderiam ser acrescentados. A pesquisa da hagiotoponímia é fundamental.

O inventário descritivo das fortificações medievais é indispensável para se avaliar a amplitude do fenómeno do encastelamento. Os trabalhos de campo que efectuámos ao longo destes últimos dez anos revelaram que uma parte, não desprezível, de supostas muralhas da Idade do Ferro de eventuais castros, são, na verdade, defesas erguidas no período medieval. Verificámos, também, que os topónimos **castro** e **castra** referem-se, na generalidade, a fortificações medievais, não tendo conexão com os sistemas defensivos da Idade do Ferro, embora possam coincidir com o local de um *habitat* romano. Citamos, a propósito, o conhecido Castro de Sacóias, onde nem A. Esparza Arroyo (1987), nem o autor deste artigo, lograram detectar um único fragmento de olaria da Idade do Ferro, apesar de ser um lugar revolvido, cultivado com vinha e cereais.

O Abade de Baçal fez uma recolha exaustiva desses topónimos (castro ou crasto) (ALVES 1934). Visitámos uma boa parte dos sítios mencionados. As raras coincidências do topónimo com muralhas da Idade do Ferro, serão talvez, raros fenómenos de reutilização, a esclarecer através de sondagens. Uma parte dos lugares chamados castros, não só não apresentam fortificações visíveis, como também, na zona assim denominada não se detecta olaria. Um aspecto importante é pois o estudo dos diversos tipos de fortificações medievais, das suas plantas. Nomeadamente importa estabelecer critérios que diferenciem os sistemas defensivos alto-medievais dos erguidos nos séculos seguintes. Mais ainda: para se apreender toda a extensão do processo de encastelamento, e precisar a sua cronologia, é imperio-

so cartografar a rede de atalaias e esculcas. Um primeiro ensaio desse tipo, um simples esboço baseado numa base de dados informatizada, formada por topónimos extraídos da cartografia 1: 25 000, proporcionou um mapa distributivo influenciado por três factores: corredores naturais de circulação; rede viária antiga; lugares centrais. A linha de fronteira não aparenta ter efeito sobre essa distribuição. Trata-se, porém, de resultados muito provisórios, que apenas se fundamentaram na recolha dos topónimos da Cartas Militares (1: 25 000) e que não entraram em linha de conta com os dados recolhidos pelo Abade de Baçal, nem com pesquisas em cadastros notariais ou nos tombos da Idade Média e Moderna. Apenas aludimos a esse ensaio, para ilustrar a complexidade do assunto.

O levantamento pormenorizado da rede viária medieval é uma outra trave mestra imprescindível para o avanço dos conhecimentos. No âmbito de trabalhos de campo visitámos, nestes últimos anos, numerosas pontes antigas da região de Trás-os-Montes Oriental e estivémos sempre atentos aos traçados dos caminhos. Devido ao carácter torrencial dos cursos de água a maioria das pontes foi afectada ao longo dos séculos, sendo objecto de sucessivos restauros. Algumas, mesmo, foram inteiramente refeitas na época contemporânea. A cartografia das pontes e antigos caminhos deverá ser acompanhada pela recolha de todos os dados documentais que permitam datar obras de restauro.

A par destes estudos de natureza extensiva, interessa avançar com projectos intensivos de duas ordens -monográficos e diacrónicos- baseados em escavações de lugares chaves. No âmbito da actividade do PARM (Projecto Arqueológico de Moncorvo) já se iniciaram escavações em Santa Cruz da Vilariça [8]. Castro de Avelãs é um outro lugar essencial a investigar, como vimos [9].

A formação de bases de dados, que integrem elementos de distinta natureza, povoados, fortificações, templos, necrópoles, pontes, caminhos, constitui por certo um caminho promissor, a possibilidade real de se

(8) Já se efectuaram duas campanhas de escavações, mas os resultados obtidos ainda não foram publicados. O dr. Nelson Rebanda, que dirige os trabalhos, teve a amabilidade de nos informar que, por ora, apenas se detectaram níveis de ocupação da Idade Média.

(9) Desde as campanhas de Henrique Pinheiro na Torre Velha, nunca mais se realizaram trabalhos no termo de Castro de Avelãs, salvo uma extensa vala aberta pela Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais, mas na área do convento, na ábside norte, que teve como finalidade essencial determinar o nível do pavimento da igreja conventual Os resultados das escavações de Henrique Pinheiro, mal grado a sua importância foram publicados na Revista de Guimarães, de forma muita resumida, sem documentação gráfica. Os resultados da vala aberta pela D.G.E.M.N. estão por divulgar, supomos.

manipularem dados quantificados de forma séria e de se apresentarem gráficos fundamentados, baseados em números credíveis, e não em meia dúzia de casos retirados de um documento ou assinalados no decurso de uma prospecção.

A par de estudos quantitativos, apontámos quatro métodos para se comparar a organização territorial romana com a que emerge dos documentos medievais nos séculos XII-XIII (rede de lugares centrais; rede viária; divisões eclesiásticas e civis).

Mas, porventura o caminho mais promissor, para sair do labirinto em que poderíamos cair, arrastados pela diversidade das situações analisadas, caminho que apenas será trilhado num futuro ainda muito distante, por falta de laboratórios, meios e de investigadores, passa pela análise diacrónica da interacção entre as comunidades e o ambiente, pela reconstituição da história da paisagem.

BIBLIOGRAFIA

Afonso, Belarmino (1990) - Vestígios arqueológicos do passado, *Brigantia*, 10 (4), Bragança, pp 211-214.

Almeida, C.A.Ferreira de & Mourinho, A.M. (1981) - Pinturas Esquemáticas de Penas Róias, Terra de Miranda do Douro, *Arqueologia*, 3, Porto.

Alves, Francisco Manuel (1909) - Castro de Avellãs. Mosteiro Benedictino, Coimbra.

(1911-1947) - *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 11 volumes.

Alves, Francisco Manuel & Amado, A. M. (1968) - *Vimioso. Notas Monográficas*, Junta Distrital de Bragança.

Alarcão, Jorge (1980) - Os problemas da origem e da Sobrevivência das *Villae* Romanas, *Actas do I Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, 3, Guimarães, pp. 171-179.

(1988) - *Roman Portugal*, 2 vol., Aris & Philips, Warminster.

(1990) - *O Domínio Romano em Portugal*, Lisboa.

Bouhier, A. (1979) - *La Galice. Essai de analyse et d'interpretation d'un vieux complexe agraire*, Poitier, 2 volumes.

Cangueiro,J. (1988) - A Paisagem de "Bocage" no Planalto Mirandês, *Correio da Natureza*, Lisboa, pp 47-51.

Cardozo, Mário (1941) - Correspondência inédita de Alberto Sampaio, para Joaquim de Araújo, Martins Sarmento, Oliveira Martins, Abade de Tagilde e Luís de Magalhães, *Revista de Guimarães*, 51 (3), Guimarães, pp. 185-264.

Centeno, Rui (1987) - *Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192*, Porto.

Criado Boado, Filipe (1989) - Asentamiento Megalitico e Asentamiento Castreño: Una prupuesta de Sintesis, *Gallaecia*, 11, Santiago de Compostela, pp 109-138

Chouquer, Gérard & Favory, François (1991) - *Les Paysages de L'Antiquité*, Editions Errance, Paris.

Daveau, Susanne (1972) - Répartition géographique des pluies excepcionnellement fortes au Portugal, *Finisterra*, 7 (13), Lisboa, 5-28.

Dias, Jorge (1981) - *Rio de Onor. Comunitarismo Agro-Pastoril*, Ed. Presença, 2 edição, 1981.

Esparza Arroyo (1987) - *Los Castros de La Edad del Hierro del Noroeste de Zamora*. Zamora.

Fontes, Luís (1987) - O Salvamento Arqueológico de Dume -1987: Primeiros Resultados, *Cadernos de Arqueologia*, Série 2, 4, pp 111-148.

Hipóllito, Mário de Castro (1961) - Dos tesouros de moedas romanas em Portugal, *Conimbriga*, 2-3, Coimbra, pp. 1-166.

Hubner, Emilio (1871) - *Noticias Archeologicas de Portugal*, Typographia da Academia, Lisboa.

Lemos, Francisco de Sande (1988-89) - Sondagens na Villa Romana da Granjinha - Chaves, *Cadernos de Arqueologia*, 5, Braga, pp. 163-171

-(1991) - Alberto Sampaio na Arqueologia do seu tempo, *Revista de Guimarães*, no prelo.

Lemos, Francisco de Sande & Marcos, Domingos (1984) - A necrópole medieval de Vila dos Sinos, Mogadouro. Campanha de escavações de 1981, *Cadernos de Arqueologia*, 2ª Serie, 1, Braga, pp. 71-89.

(1984) - O habitat romano da Fonte do Sapo, Penas Róias, *Cadernos de Arqueologia*, 2ª Série, 1, pp. 143-147.

(1985) - A necrópole medieval de Vila dos Sinos, Mogadouro. Campanha de escavações de 1982, *Cadernos de Arqueologia*, 2ª Serie, 1, Braga, pp. 71-89.

Lemos, Francisco de Sande & Martins, Manuela (1983) - A estação arqueológica de Picote (Relatório dactilografado).

Lemos, Francisco de Sande & Encarnação, José d` (1991) - Uma ara votiva romana identificada na capela da Senhora da Ribeira, *Brigantia*, 11 (3-4), Bragança, pp. 121-125.

Lima, Jaime de Magalhães (1924), *Alberto Sampaio e o Significado dos seus Estudos na Interpretação da História Nacional*, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães.

Lopo, Pereira A. (1987) - *Apontamentos Arqueológicos*, I.P.P.C., Braga.

Magalhães, Luís de (1923) - Prefácio, *Estudos Históricos e Económicos de Alberto Sampaio*, I volume, 1.ª edição, Lello & Irmão, Porto.

Marcos, Domingos (s/d) - *Inventário Arqueológico do Planalto Mirandês*. (inédito).

Martins, Afonso (1985) - *Caracterização sumária dos Solos de Trás-os-Montes e Alto Douro e sua ocupação*. Vila Real, 30 p.

Martins, Manuela (1991) - As Vilas do Norte de Portugal de Alberto Sampaio, *Revista de Guimarães*, no prelo.

Mattoso, José (1985) - A História das Paróquias em Portugal, *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Imprensa Nacional, Lisboa.

Monteiro, Manuel (1941) - Correspondência Inédita de Alberto Sampaio para Rocha Peixoto, *Revista de Guimaraes*, 51 (4).

Morais, J. P. & Magalhães, A. S. Pinto de (1985) - *Memórias de Ansiães*, Bragança, 60 p.

Mourinho, António (1988) - *Epigrafia Latina aparecida entre Sabor e Douro desde o falecimento do Abade de Baçal - 1947*, Bragança

Neto, Joaquim M. (1975) - *O Leste do Território Bracarense*, Torres Vedras.

Nóvoa, Emília (1988) - Alberto Sampaio, 80 Aniversário da Morte do Historiador, *Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão*, 8, p. 125.

Pereira, Martins (1908) - *Terras de Entre Sabor e Douro*, Lisboa.

Pinheiro, Henrique (1895) - Estudo da Estrada Militar Romana entre Braga e Astorga ..., Porto.

Ribeiro, António (1974) - *Contribution à l'Etude Tectonique de Trás-os-Montes Oriental*, Memória 24, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.

Ribeiro, Orlando (1970) - *Ensaios de Geografia Humana e Regional*, Sá da Costa Editora, volume 3, Lisboa.

- (1972) - Localização e destino dos Centros Urbanos de Trás-os-Montes, *Finisterra*, 7 (13), Lisboa, 46- 70

Ribeiro, Orlando & Lautensach, H. (1987-1990) - *Geografia de Portugal*, 4 volumes, Sá da Costa Editora, Lisboa.

Sampaio, Alberto (1896) - Antero de Quental (Recordações), *Antero de Quental. In Memoriam.* Mathieu Lugan Editor, Porto.

-(1923) - *Estudos Históricos e Económicos*, 2 volumes, Lello & Irmão, Porto.

Sanches, Jesus (1988) - *Contribuição para o Estudo da Pré-História Recente no Planalto Mirandês* (tese dactilografada), Porto.

Santos Júnior, Joaquim Rodrigues dos (1975) -*Berrões Proto-Históricos do Noroeste Peninsular*, Porto.

Silbert, Albert (1972) -O Colectivismo Agrário em Portugal, *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, Livros Horizonte, Lisboa, p.p. 211-297.

Silva, A. C. (1986) - *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira.

Taborda, V. (1932) - *Alto Trás-os-Montes - Estudo geográfico*, Coimbra, 220 p.
Tranoy, Alain (1981) - *La Galice Romaine*, Diffusion du Boccard, Paris.
Trindade, Maria José (1979) - Prefácio, *Vilas do Norte de Portugal de Alberto Sampaio*, 2 edição, Editorial Vega, Lisboa.
Vasconcelos, J. L. de (1918) - Coisas Velhas, *O Archeólogo Português*, 23, pp. 356-369.

FIG. 1



FIG. 2

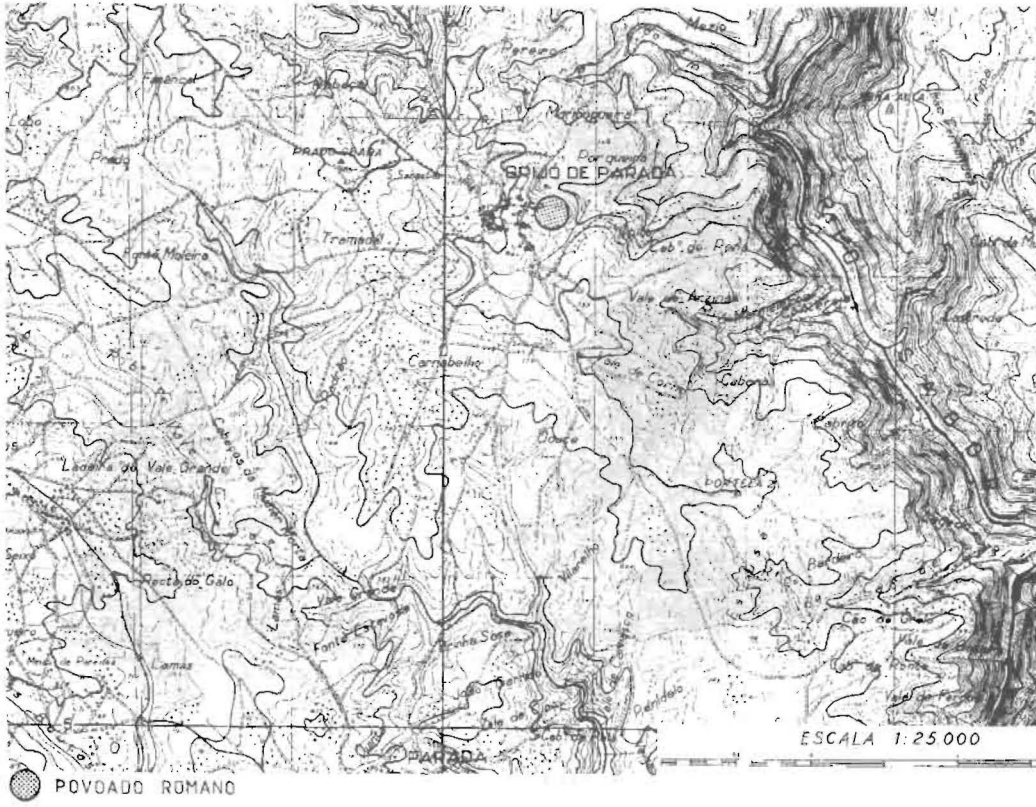

SRIJÓ DE PARADA
PARADA
Pereiro
Marpogoreo
Porquanto
Prado de Baixo
Prado
Fraga Maceira
Tremedal
Carrabelho
Cabeço
Lagoa
Lameira do Vale Grande
Recta do Galo
Fonte Coberta
Lamas
Pardelo
ESCALA 1:25 000
POVOADO ROMANO

FIG. 3

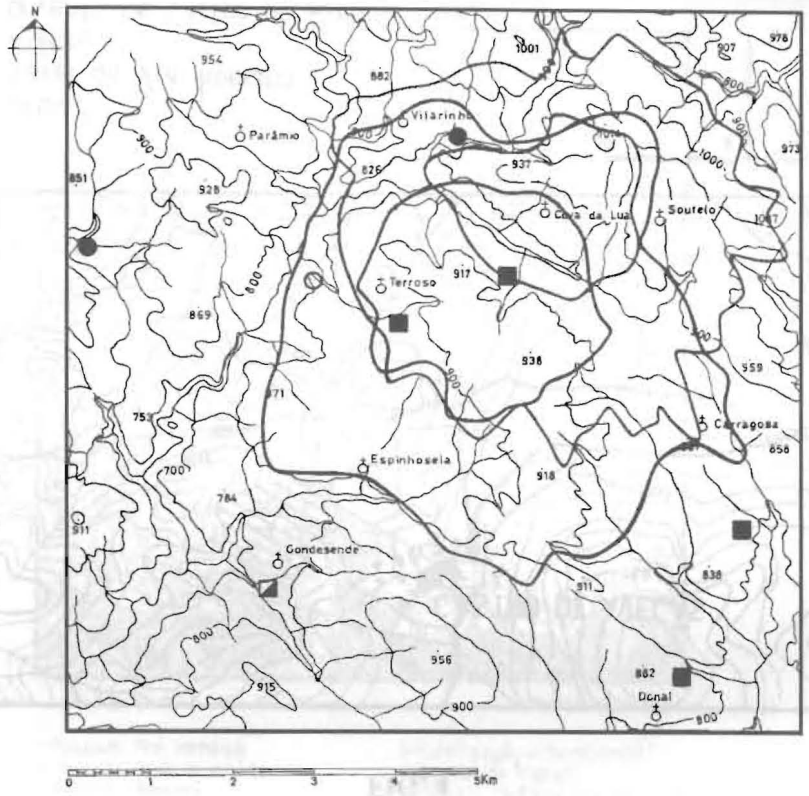
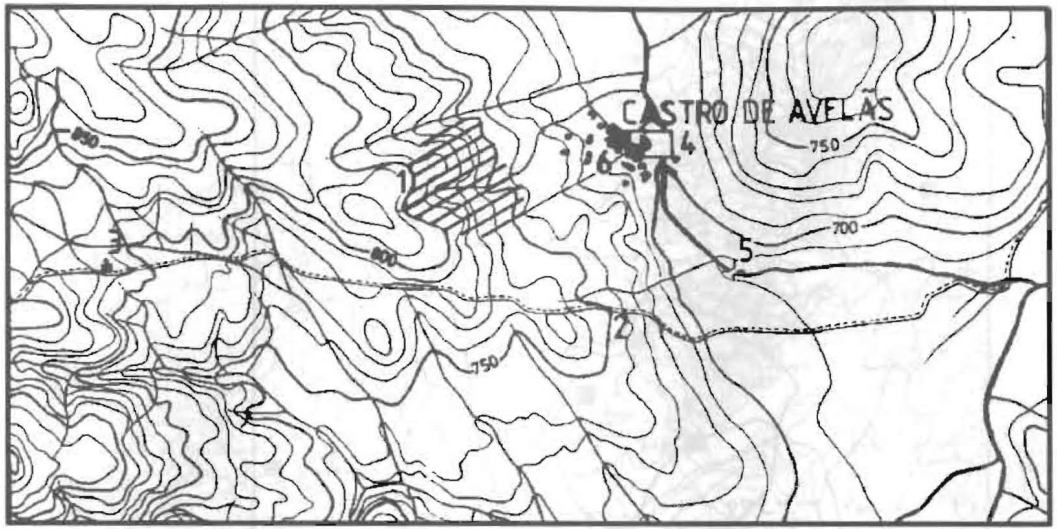

N
Parâmio
Vilarinho
Terroso
Casa da Lua
Soutelo
Carragosa
Espinhosela
Gondesende
Donai
0
1
2
3
4
5Km

FIG. 4



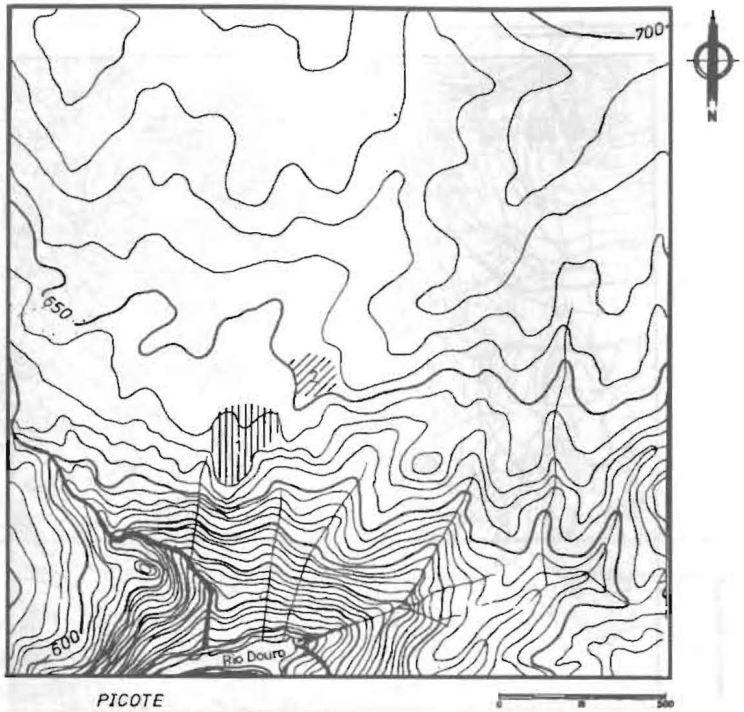
1-Civitas Zoelarum?.
2-Trajecto provável da Via Romana.
3-S. Claudio (miliário).
4-Ruínas do Convento de Castro de Avelãs.
5-Ponte de Areães.
6-Castro de Avelãs (aldeia).

FIG. 5



1-Povoado Pré-Histórico.
2-Povoado Proto-Histórico.
3-Povoado Romano.
4-Povoado Alto-Medieval? (S. Martinho).
5-Fortificação Alto-Medieval?.
6-Castelo de Algoso.
7-Povoado Medieval (Penenciada).
8-Ponte Medieval.

FIG. 6



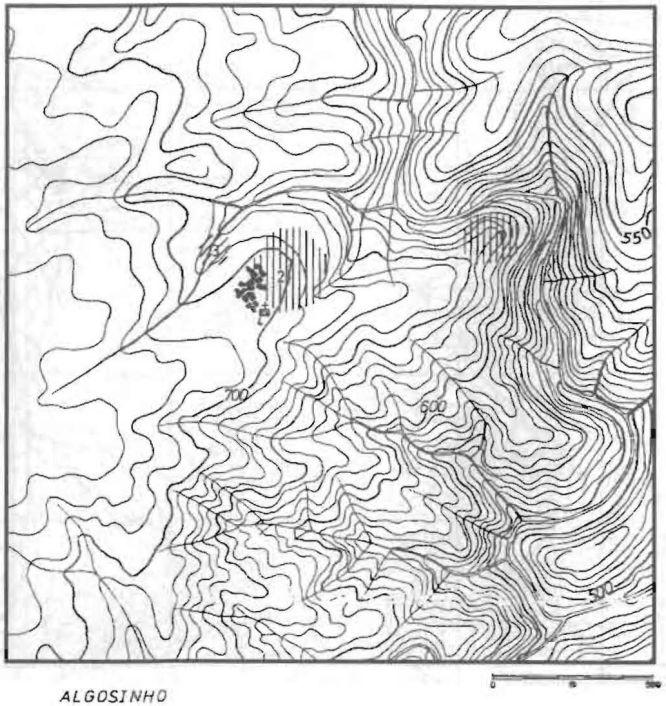
1 Povoado Romano-Castelar Nº329

2 Nucleo de Estelas Funerárias-Santo Cristo Nº330

FIG. 7


PENAS ROIAS
AZINHOSO
ESCALA 1:25.000
① CASTELO ② VILA ROMANA DA FONTE DO SAPO ③ VILA ALTO MEDIEVAL DE PRADO

FIG. 8



ALGOSINHO

1 Povoado da I. Ferro Nº393

2 Povoado Romano Nº394

3 Nucleo de Estelas Funerárias Nº396

4 Igreja Românica

FIG. 9

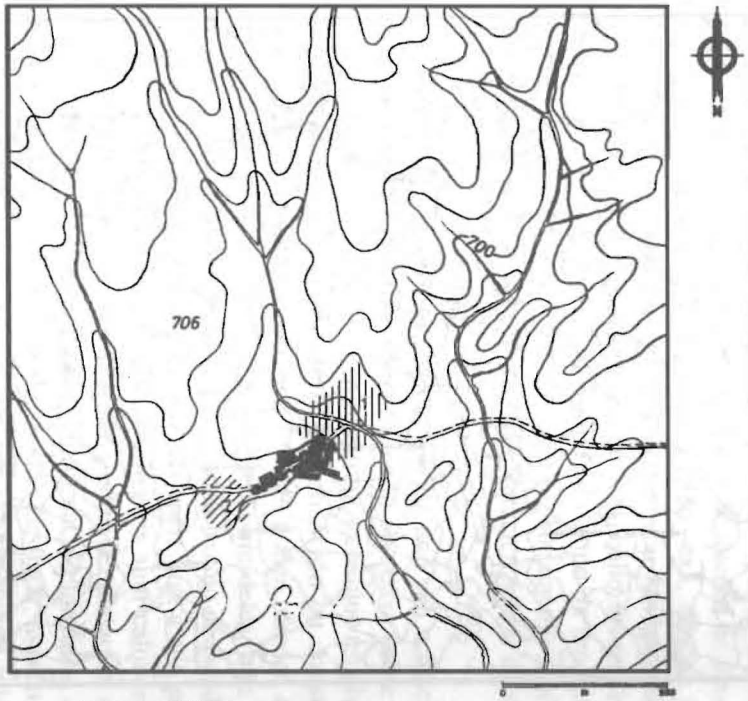
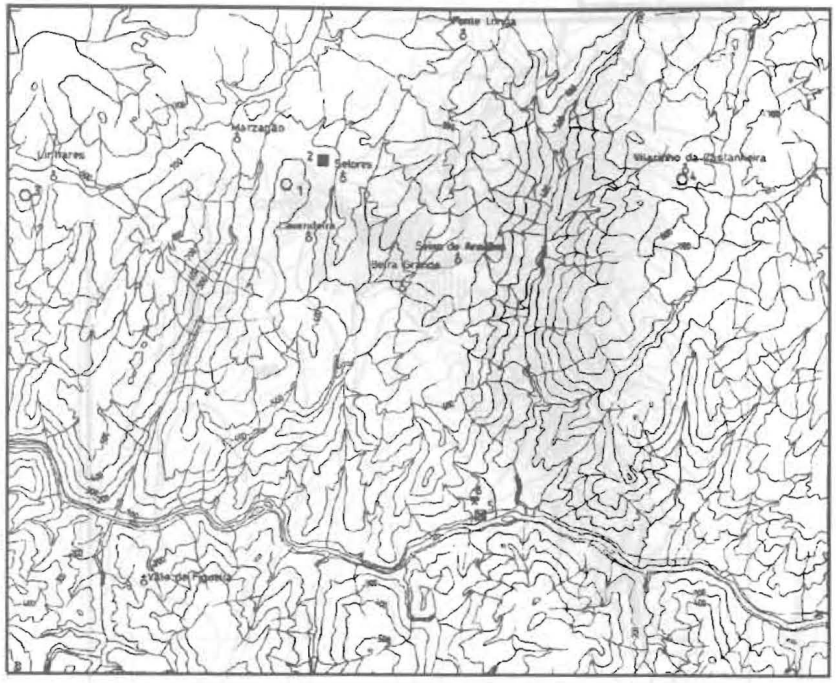

706
700
N
0
VILA DOS SINOS
1 Povoado Romano - Bar de Além Nº433
2 Necrópole Romana/Medieval Nº434

FIG. 10


Ponte Lima
Marzagão
Linhares
Setores
Vilarinho da Castanheira
Serra de Arcallães
Serra Espinosa
Vila de Torre
1-Castelo de Arcallães.
2-Povoado Romano de Setores.
3-Castelo de Linhares.
4-Castelo de Vilarinho da Castanh
5-Povoado Romano da Quinta da F
6-Minas de Vale de Covas.